

# A IDEIA

REVISTA LIBERTÁRIA

• A Crise do "Socialismo" real •

J. Martins Pereira • João Bernardo • José Barreto • Júlio Henriques

• N. Berti, A revolução e o nosso tempo • Miguel Serras Pereira •

• João Freire • A. Almeida e N. Alves, A comuna de Albarraque • Luís

Martins • Eugénio de Andrade •

• Beldiabo, o poder do carimbo •



54

Maio 1990 • Semestral

550800

## O conceito de «partido de vanguarda» está moribundo

1. A primeira observação que me ocorre é a de que a teoria marxista da *necessidade* da revolução proletária, contrariamente ao que é corrente hoje ouvir dizer, pode ter sido posta em causa pela não-revolução nos países capitalistas, mas *não* pelo patente fracasso a que teria sido sujeita nos países do «socialismo real». De facto, em nenhum desses países se chegou a verificar um afrontamento final entre capitalistas e proletários, em que desembocasse o exacerbar das contradições entre «forças produtivas» e «relações de produção» — e só isso seria uma «revolução marxista», isto é, conforme com os pressupostos teóricos do marxismo.

A revolução original (1917) fez-se num país pouco industrializado, sem condições reais para que um proletariado industrial consciente e combativo pudesse tomar o poder. Não é por acaso que os grandes debates nos anos 20 se situaram sempre em torno da questão camponesa. A agravar o problema, a guerra civil e a guerra exterior impuseram, à partida, uma ditadura (como, aliás, sucedeu sempre, de forma mais ou menos disfarçada, em qualquer país capitalista em guerra) que a questão camponesa, e a morte de Lenine, ajudaram a eternizar. É convém não esquecer que a política que Estaline pôs em prática nos últimos anos da década foi muito próxima da que preconizara Trotsky (para quem a acumulação primitiva socialista teria de se fazer à custa dos campos, reconhecimento tácito de que o atraso industrial era insuficiente para suportar uma autêntica revolução proletária). Recorde-se, enfim, que o «sagrado» princípio da revocabilidade de qualquer «delegado» popular (representante eleito pelas bases, deputado, dirigente, etc.) a todo o momento, em que deveria assentar qualquer (teórica) «democracia revolucionária», *nunca* ali foi posto em prática.

Quanto aos outros países do «socialismo real», sabe-se bem que em nenhum deles se processou sequer qualquer simulacro de revolução, e que a génese dos seus regimes supostamente socialistas decorreu, no essencial, de uma partilha de zonas de influência no pós-guerra.

Em poucas palavras, pode dizer-se que, independentemente agora de se ser ou não marxista, o «socialismo» em todos esses países *nasceu torto*, porque *nasceu de cima*. Criou-se um novo Estado que, em lugar de inscrever no seu programa o seu próprio declínio, se consolidou cada vez mais, ao ponto de se tornar tentacular, totalitário. A crise do «socialismo real» *não é uma crise do socialismo*.

Em termos de futuro, parece claro que a «transição para o capitalismo», que parece inequivocamente desenhar-se, será talvez ainda mais difícil do que qualquer transição para qualquer socialismo que se possa imaginar. A «desplanificação» será um processo de tal forma complexo, que se criarão tensões extremas em todos os pontos do sistema económico-social: basta pensar nos efeitos da transformação dos preços planificados em preços de mercado. Cada indivíduo, passada a embriaguez dos primeiros tempos, e perante a crescente evidência de tais efeitos (desemprego, inflação, desigualdades sociais, as guerrilhas partidárias, as «carreiras fulgurantes» dos novos democratas, etc., etc.) interrogar-se-á: *que farei com esta liberdade?* Embora variando de país para país, a tendência geral será para a constituição, a mais ou menos curto prazo, de Estados fortes, de escassa, ou mesmo nenhuma, aparência «democrática»: a versão *soft* será a de governos de união nacional (a Polónia já tem um), a mais dura será a de ditaduras abertas, civis ou militares, porventura «populistas». Recorde-se, de resto, que quase todos esses países conheceram tais regimes entre as duas guerras, e que a sua experiência de democracias parlamentares é historicamente nula. Mas, justamente, este contexto de transição altamente instável é, em contrapartida, muito favorável à emergência de órgãos descentralizados de democracia de base, que poderão modificar o curso dos acontecimentos de forma imprevisível. A isso voltaremos no ponto seguinte.

2. Em termos organizativos, poderá dizer-se (sem pretendermos ser exaustivos) que três conclusões importantes se podem extrair das crises a Leste, com particular interesse para os países capitalistas ocidentais:

1.º — que o conceito de «partido de vanguarda» está moribundo;

2.º — que a área do chamado «espectro político» à esquerda dos partidos socialistas e sociais-democratas está «em aberto», ou melhor fica *desbloqueada* com o desaparecimento dos partidos estalinistas;

3.º — que existe o risco de que a «visão capitalista da sociedade e do mundo» tenda a tornar-se num *dado adquirido*, no interior do qual se desenrole *toda* a política.

Destes pontos decorre que a crise *pode* ser extremamente fecunda. E que aqueles povos irão aperceber-se em pouco tempo que o sistema capitalista apenas lhe vem substituir uma forma de «condicionamento» por outra, e que, no limite, os países ocidentais fecharão benevolmente os olhos a qualquer ditador (agora) de direita que apareça a pôr «tudo na ordem». As condições estarão maduras para que surjam não só formas de organização inovadoras, como uma «produção» de elementos teóricos que busquem uma síntese da liberdade política com uma organização económica virada para as necessidades reais e para a qualidade de vida, e não assente na lógica consumista de grupos nacionais ou multinacionais, que nesses países não vêem mais do que fabulosas oportunidades de negócio e de lucros.

A ser assim, e é bem provável que seja, a esquerda europeia — aquela que sempre andou em busca dessa mesma síntese — poderá vir a ocupar com redobrado vigor o seu lugar próprio de contestação, mobilização social e apresentação de propostas imaginativas e consistentes de *transformação da sociedade*. Em Portugal, também, após o longo período de apagamento e esterilidade ideológica que tem atravessado. Convém não esquecer que das duas «potências ideológicas» que igualmente rejeitava, só ficará uma, agora muito mais exposta e sem alibis (sobretudo o da eterna luta anticomunista, em nome da qual muitos lhes perdoavam muita coisa: viu-se como já lhes foi bem mais difícil fazer engolir aos seus próprios aliados a invasão do Panamá...).